

17-06-2022

## DESCARRILAMENTO DO BONDINHO DE SANTA TERESA CRIME DO ESTADO CONTRA OS DIREITOS HUMANOS

**Rosângela Gaze**

[Médica sanitária. Professora do Instituto de Estudos de Saúde Coletiva/UFRJ]



Motorneiro Nelson Correa da Silva

*O bonde era tudo para Nelson, era a vida dele.*

*No dia do acidente, chegaram a dizer que ele foi imprudente.*

*Mas ele era cuidadoso, andava devagar.*

*Passageiros contaram que ele pediu para os passageiros pularem, senão mais gente teria morrido. (Dulce Araújo da Silva, viúva de Nelson)*

O Motorneiro Nelson Correa da Silva e mais cinco pessoas morreram, e outras 57 sofreram fraturas e ferimentos (leves a graves) no Descarrilamento do Bonde de Santa Teresa em 27/08/2011, sábado à tarde, no Rio de Janeiro/RJ. Nesse Crime do Estado contra os Direitos Humanos, Nelson Correa da Silva – MORTO PELA NEGLIGÊNCIA DO ESTADO por décadas – numa repetição macabra da covardia de governantes, foi apontado como culpado pelo Secretário de Estado de Transportes Júlio Lopes, do Governo Sérgio Cabral. Este preso em 2016 por corrupção passiva, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e outros crimes, cumpre pena de mais de 400 anos no Complexo Penitenciário de Gerició. **Júlio Lopes**, deputado federal (2015-2019), votou a favor da PEC do teto de gastos e da Reforma Trabalhista e é um dos citados na lava-jato como tendo recebido repasses de caixa dois. Neste crime, o Estado comete seis homicídios senso estrito, ensaia o homicídio moral do Motorneiro e decreta o aniquilamento de um patrimônio cultural – Bondinho de Santa Teresa – do Rio de Janeiro.

A população de Santa Teresa (50 mil pessoas) e de outros bairros, em especial os passageiros, se mobilizou em defesa de Nelson, pela punição dos verdadeiros culpados (gestão pública), pela volta da circulação do Bondinho de Santa Teresa, visitantes e turistas. O descarrilamento do Bondinho de Santa Teresa, como nos Crimes do Estado contra os Direitos Humanos abordados nessa série, era ‘anunciado’ desde o encerramento do transporte por bondes na cidade (1963-Governo Lacerda).

A modernização no transporte urbano, por ônibus, pedia passagem, transformando em “brinquedo sem dono”, como na música, **O Bonde** (de Sidney Miller, Maurício Tapajós e Sueli Costa), em linda lembrança:

*Morre no meio da praça / Sem sonho e sem graça [...] Quem dera eu pudesse entender / Vira brinquedo sem dono / Que o próprio abandono / Correndo no tempo desfaz / Fora de linha e de moda / Não passa / Não roda [...]*

Reduzindo-se acentuadamente a demanda por motores e peças de reposição para bondes, as fábricas cancelaram linhas de produção.

A demanda da população pelo serviço do Bondinho não importava às indústrias nem ao Estado. A segurança dos trabalhadores e dos usuários também não importava. Existiam decisões judiciais desde 2008, em processos movidos pela Associação de Moradores de Santa Tereza-AMAST, obrigando o Governo do Rio a realizar reformas no sistema de bondes de Santa Teresa, dentre eles a reforma dos 14 bondes rodantes à época. O bonde envolvido no acidente ficou na metade não contemplada nessa reforma, apesar do valor contratado ter sido pago na íntegra.

Dez anos depois, as indenizações às vítimas foram pagas mas o bloqueio de bens de Júlio Lopes – para garantir o ressarcimento ao Erário dos prejuízos pela falta de manutenção – não foi efetuado (veja).

As acusações INFUNDADAS e COVARDES de falha do Motorneiro - baseadas no excedente da lotação e no não recolhimento da composição para reparo pela suposição de danos ao sistema de freios em colisão com um ônibus mais cedo no mesmo dia do acidente – foram (?) reparadas com a nomeação da **Estação Carioca** do Bondinho: Nelson Correa da Silva. Mas, não há reparação possível a um trabalhador (e família) que deu a vida a seu equipamento de trabalho. Os moradores-passageiros e os trabalhadores, ao amarem o bondinho de Santa Teresa, deram-lhe vida, alma, imaterialidade... Elitizar o bondinho com novos designs, maquiá-lo para ocultar negligências do Estado, é extrair-lhe a ‘humanidade’ outorgada pelo carinho dos motorneiros que esperavam um morador atrasado, paravam para alguma pessoa com dificuldade de caminhar, ofereciam um dedo de prosa ao jovem que perdeu a primeira namorada, davam carona e dividiam a fatia de bolo com um sem teto... Outorgada, ainda, pela dedicação dos eletricitistas que, durante anos, compraram, preservaram e recuperaram peças (assista), pois ‘sabiam’ que não seriam repostas pelos governos omissos... ..

Alegando ser impossível preservar os bondinhos e os trilhos, tombados pelo patrimônio histórico do RJ, o próprio estado descarta as composições. Antes do acidente de 2011, circulavam 12 composições.

Em 2021, apenas oito, na prática seis (uma fica de reserva e outra em manutenção preventiva). O trajeto (Estação Carioca-Dois Irmãos) excluiu trechos com trilhos (como o do Largo das Neves), os quais sem manutenção e expostos ao rodar de ônibus/carros são inutilizados.

A lotação mudou de 40 para 32 passageiros, operação atual só diurna, em intervalos de 30 minutos. Se anteriormente, a maior capacidade de passageiros, com intervalos menores, não dava vazão à demanda, hoje a composição lota apenas com turistas que, quase sempre, não descem em nenhuma estação limitando vagas aos residentes no bairro.

O atual governo do RJ visa privatizar o serviço (veja) e os moradores temem pela consolidação do modelo turístico, com ticket de 20 reais, prejudicando os beneficiários do passe livre (mais de 7500) (veja).

O número de passageiros até 2019 (antes da pandemia) vinha crescendo, mas as reformas paralisaram após a inauguração do primeiro trecho.

O sucateamento (e canibalismo) de bens públicos é uma rotina que, dentre outras, culmina em Crimes do Estado contra os Direitos Humanos. **Até quando a impunidade, o sigilo de justiça e artimanhas que tais preservarão os verdadeiros culpados pelos**

**CRIMES DO ESTADO CONTRA OS DIREITOS HUMANOS?**

■■■

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical.

A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.